

PEDRO GOMES

Em boa hora o jornalista Márcio Moreira Alves explicou aos seus leitores "como se fazem deputados". É verdade que não esgotou as receitas. Basta lembrar aquela que levou ele próprio ao Congresso: a fórmula da (benigna) notoriedade e do prestígio junto ao eleitorado, sem o uso de recursos marginais.

Temos modalidades lícitas e ilícitas de eleição, mas nem sempre o que é formalmente lícito pressupõe o caminho saudável da conquista do mandato. Empregam-se expedientes oportunistas e enganosos para a manipulação da vontade popular.

Para quem não dispõe de programa populista de rádio ou TV, de púlpito evangélico, de liderança corporativa etc., a receita de campanhas onerosas, milionárias, passa-a ser a alternativa largamente praticada. Entra em cena o poder econômico autônomo ou de empréstimo, este criando o inferno dos derrotados endividados.

Existe porém outro aspecto a incluir nesse esforço explicativo da representação parlamentar. Trata-se da vocação política, do gosto orgânico pela vida pública. E verificaremos no caso que além de constituírem restrita parcela da sociedade civil, os vocacionados se tornam na prática segmento ainda menor, tantos os obstáculos e as cobranças que a carreira impõe.

Qualificações inatas, muitas vezes por tradição familiar, compõem o primeiro capítulo da história. Depois surgem as crescentes exigências da vida pública, aos que pretendem seguir à risca, não apenas servir-se de seus títulos e gazuas. É insuficiente, por exemplo, a capacidade de comunicação, matéria-prima do discurso, das entabulações partidárias, dos contatos eleitorais, da autopromoção, das amolações protocolares. Precisa-se ainda de versátil dosagem de saúde física e emocional. Há que fazer das tripas coração, engolir sapos de vários tamanhos, para resistir à barra pesada da concorrência e militância.

O cultivo das bases e cabos eleitorais, as futricas nos meandros partidários, tudo isso reclama temperamentos específicos, almas calibradas. Então os que se aventuram, por amor à vocação, a digerir todo esse cardápio de pedras, sem pensar em devoluções ou locupletações compensatórias, nunca passarão mesmo de fatia magra no bolo dos mandatários do povo. Claro que a vocação pode

estar associada a pessoas financeiramente bem equipadas — empresários, banqueiros, fazendeiros, barões do mercado de capitais. Entretanto, ficará sempre a impressão de que os eleitos representam ao mesmo tempo os seus iminentes interesses de classe, de grupo.

Tendo em vista a campanha moralizadora que hoje sitia o Congresso e os baixos índices de credibilidade que lhe dão as pesquisas, muita gente da plateia se coloca entre a opção radical-irracional-totalitária de fechar para limpeza a sede da democracia representativa e a de sonhar com uma instituição profundamente purificada. E mantida dentro de uma campânula imune às pressões de lobistas, empreiteiros, sindicalistas, associações patronais, entidades defensoras da cidadania, manifestantes legítimos ou alugados, agentes lotéricos, lavadores de dinheiro, reivindicantes generalizados.

A flor do espírito público, cada parlamentar podendo comprovar (haja documentos) que desde criança jamais infringiu qualquer norma legal ou ética, nem os bons costumes, seria idealmente a marca registrada do Poder Legislativo.

Recorrendo ao óbvio, diga-se que o Congresso tal qual se apresenta é um espelho das nossas características estruturais e conjunturais. Ele reflete a sociedade e a cultura histórica que temos e ao mesmo tempo as pressões da prolongada crise econômica, com as suas seqüelas de afrouxamento moral e os estragos que provoca nos conceitos fundamentais da cidadania.

De que modo recrutar pelo voto livre, e de um eleitorado ao qual agora se somam os analfabetos e os menores de 18 anos, uma delegação perfeccionista do ponto de vista institucional e da transparência? Como assegurar às vocações políticas límpidas, algumas quase apostolares, o acesso asséptico e barato a mandatos eletivos?

Muitas portas da corrupção e da falta de decoro podem realmente ser fechadas pela Constituição, pela legislação e pelas correções do próprio desenvolvimento brasileiro. Não queiramos, entretanto, condicionar a nossa viabilidade democrática e governabilidade ao modelo de um Congresso celestial. Resta-nos assimilar a existência inevitável de uma bem vigiada bancada de demônios — explícitos ou implícitos — sujeita à faxina dos expurgos internos e à exorcização periódica das urnas.

Pedro Gomes é jornalista.

